

O Daesh no Médio Oriente e Magrebe: Derrotado, mas ainda uma Ameaça

Ana Santos Pinto

Professora auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH. Investigadora integrada do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e Investigadora associada do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Bruno Cardoso Reis

Professor auxiliar do Departamento de História e subdiretor do Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL. Investigador associado do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Resumo

Este artigo analisa o impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri* no Médio Oriente e Magrebe, tendo em conta a perda pelo autoproclamado Califado do Daesh do seu proto-estado territorial. Tendo em conta as dinâmicas observadas, argumenta-se que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, persistem fatores que explicam a resiliência do movimento, designadamente: a fragilidade dos Estados na sua eficácia e legitimidade; a existência de “vazios de poder” decorrentes de ambientes de conflitualidade; e a marginalização de setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens. Perante uma derrota territorial, o Daesh parece procurar evoluir na estrutura organizacional e estratégia operacional, reorientando-se para uma ação violenta descentralizada em detrimento do controlo de território. Esta transformação poderá resultar num agravamento da competição entre grupos de matriz jihadista *takfiri* e até originar novos movimentos, em resultado de cisões, ou a reorganização dos já existentes, sem que isso signifique necessariamente o desaparecimento desta ameaça violenta.

Abstract

The Daesh in the Middle East and Maghreb: Defeated but Still a Threat

The article aims to analyse the influence and development of the takfiri jihadist threat in the Middle East and Maghreb, taking into account the loss by the Daesh's Caliphate of its territorial proto-state. It is argued that although the failure of the strategy of territorialisation promoted by Daesh, as a result of a military defeat in Iraq and Syria, there are still factors that explain the movement's resilience, namely: the fragility of the State in terms of efficacy and legitimacy; the existence of "power vacuums" in areas of conflict; and the marginalization of some sectors of Muslim communities, particularly the youth. Facing territorial defeat, Daesh will likely evolve in its organizational structure and operational strategy towards more decentralized attacks instead of centralized territorial control. This transformation will possibly result in a greater competition between jihadist takfiri groups and may even lead to emergence of new movements, without necessarily resulting a significant lowering of the level of violent threat they pose.

A 9 de dezembro de 2017, o primeiro-ministro iraquiano, Haider al-Abadi, declarou a derrota do autoproclamado “Estado Islâmico” no Iraque. No mês anterior, um comunicado das forças armadas sírias anunciava “a queda do projeto da organização terrorista Daesh¹ na região” (Reuters, 2017), pese embora os combates com militantes islamitas tenham continuado em algumas áreas do território.

Entre junho de 2014² e dezembro de 2017, o Daesh perdeu 98% do território que controlava, incluindo a cidade síria de Raqqa, capital do autoproclamado Califado (Mills, 2018, p. 6). Contudo, a derrota militar da estratégia de controlo de vastos territórios no coração do Levante pelo movimento não significa o fim da ameaça que este representa. Desde logo, porque várias das razões que favoreceram a expansão do Daesh e a promessa de lealdade por grupos afiliados, em particular no Médio Oriente e Magrebe, permanecem. Entre elas, destaca-se uma importante dimensão socioeconómica, que resulta da marginalização de múltiplos setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens, afetados pela pobreza, desemprego e ausência de expectativas de desenvolvimento e bem-estar. Acresce uma componente religiosa essencial: movimentos como o Daesh ou a al-Qaeda recorrem a uma narrativa purista do Islão que apela à essência identitária dos crentes e aos princípios orientadores da sua fé. Ao conjugarem uma ideologia ultraconservadora com uma doutrina de recurso à violência, como instrumento de conquista do poder, estes grupos radicais constituem-se como uma alternativa aos regimes políticos instituídos, que acusam de traição e apostasia por alegadamente renegarem os verdadeiros princípios e valores do Islão e se subordinarem aos interesses das potências ocidentais, em detrimento dos da comunidade muçulmana (*Umma*).

Considerando os mais recentes desenvolvimentos no Médio Oriente e no Norte de África, este artigo pretende oferecer uma análise do impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri*³ na região, tendo em conta a perda do proto-estado territorial pelo autoproclamado Califado do Daesh. A pergunta central que orienta esta reflexão é: será que o Daesh, ao perder um núcleo territorial no Médio Oriente e Norte de África, irá desaparecer como ameaça significativa? Para responder, iremos analisar alguns dos fatores que explicam sucessos e fracassos do grupo, para avaliar até que ponto é mais ou menos provável que a ameaça desapareça, ou se transforme e transfigure.

1 Acrónimo, em árabe, de “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”.

2 A 29 de junho de 2014 Abu Bakr al-Baghdadi anunciou a criação de um Califado no Iraque e na Síria e a fundação do “Estado Islâmico” (Al Jazeera, 2014).

3 Utilização da luta violenta contra aqueles que são considerados descrentes ou apóstatas (*takfir*), à luz de uma interpretação extrema dos princípios do Islão, nomeadamente transformando a *jihad* de uma luta essencialmente interior e espiritual (“grande *jihad*”) ou legítima defesa do Islão (“pequena *jihad*”) na teologia tradicional, num grande “dever negligenciado” pela maioria dos muçulmanos para parafrasear o título da obra de um dos pioneiros deste movimento.

O artigo defende que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, permanecem fatores que justificam grande reserva em declarar finda a capacidade de ação e projeção violenta do Daesh, não só no Médio Oriente e Magrebe, mas também à escala global como movimento terrorista e como rede de propaganda radical. Tal implicaria uma evolução na estrutura organizacional e na estratégia operacional do Daesh, mais orientada para uma ação descentralizada em detrimento do controlo de território, um regresso ao modelo da insurgência e o potencial violento de ataques terroristas. Esta transformação poderá mesmo resultar num agravamento da competição entre grupos de matriz jihadista *takfiri*, como a al-Qaeda, e até originar o surgimento de novos movimentos, em resultado de cisões, ou a reorganização dos já existentes, sem que isto signifique uma redução da violenta ameaça que representam.

A relevância do tema parece-nos clara, não só pelo seu impacto nas dinâmicas regionais no Médio Oriente e Norte de África, mas também pelos efeitos de contágio que a instabilidade nessa região próxima representa para a segurança europeia. O terrorismo é, atualmente, percecionado pela maioria da população da União Europeia (UE) como a principal ameaça violenta para a segurança das pessoas (Comissão Europeia, 2017). Considerando que, desde janeiro de 2015, mais de 300 pessoas morreram numa dezena de atentados terroristas, em solo europeu, reivindicados por militantes associados ao Daesh, a que acrescem os muitos milhares de vítimas em África, na Ásia e no Médio Oriente (Erickson e Karklis, 2017), importa compreender o que possibilita a ação transnacional de grupos islamitas radicais que usam a violência para defender uma visão radical do Islão, bem como as respostas encontradas para a contenção do fenómeno.

Médio Oriente: da Ascensão à Derrota do Califado

O atual sistema de Estados do Médio Oriente resulta, sobretudo, da afirmação de interesses externos à região – em particular da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América – aos quais sucederam um conjunto de regimes, maioritariamente autocráticos, que procuraram, através de narrativas legitimadoras e métodos repressivos, a manutenção no poder e o controlo das múltiplas comunidades – linguísticas, étnicas e religiosas – que se encontravam sob sua soberania (Owen, 2004, pp. 13-19). Deste contexto surgem duas consequências fundamentais. Desde logo, várias comunidades, historicamente ligadas por laços sociais e culturais, foram artificialmente separadas por fronteiras formais, impostas pelos novos Estados independentes – após a dissolução do império Otomano (1908-1922), o Acordo Sykes-Picot (1916), a Conferência de San Remo (1920) e o Tratado de Lausanne (1923), e os mandatos da Sociedade das Nações daí decorrentes condicionaram o reconhecimento da legitimidade da delimitação territorial adotada. Em segundo lugar, a

organização política e social dos novos Estados foi promovida por regimes autoritários, de natureza monárquica ou republicana, que determinaram pela força uma estrutura de poder baseada no aparelho militar e/ou securitário e no apoio de uma das comunidades identitárias presentes no território, seja majoritária ou minoritária. Tal resultou no surgimento de conflitos sectários, muitas vezes patrocinados pelo próprio regime, e na promoção de percepções de marginalização por parte daqueles que não tinham acesso aos recursos e instrumentos de poder. A consolidação dos regimes do Médio Oriente, em particular os que dispõem de importantes reservas de recursos energéticos, foi ainda apoiada pelo desenvolvimento de alianças regionais e internacionais, designadamente no contexto da Guerra Fria, ao mesmo tempo que as opções políticas e económicas, ao nível interno, criavam uma crescente divisão entre elites e população, entre governantes e governados.

Sendo possível argumentar que esta caracterização poderá ser replicada a outros contextos regionais, designadamente no continente africano, o que é particular ao Médio Oriente é o contexto de conflitualidade regional. Isto porque proporciona condições mais favoráveis à conquista e consolidação do poder, quer no que diz respeito às estruturas sociais e políticas, quer porque importantes comunidades da região se encontram particularmente vulneráveis a narrativas de ódio e vingança, especialmente se estas narrativas forem baseadas ou apresentadas através de uma estrutura que estas comunidades conhecem, dependem e que consideram parte integrante da sua identidade individual e coletiva: o Islão.

Foi esta a estratégia adotada pelos movimentos de matriz jihadista *takfiri*, que lutam pela purificação da fé islâmica assente na supremacia da corrente sunita. Esta doutrina remete, assim, para uma divisão tradicional no seio do Islão, entre sunitas e xiitas, cuja cisão remonta ao momento da morte e sucessão do Profeta Maomé e que ao longo dos séculos tem assumido momentos de significativa conflitualidade. Importa salientar que se constitui como uma interpretação extrema, e minoritária, dos preceitos do Islão, com uma leitura literal da herança do Profeta. Estes movimentos, e os seus líderes – muitos deles sem formação teológica de relevo – citam, interpretam e impõem o que assumem ser a narrativa mais fidedigna – e de preferência dominante – dos princípios, valores e comportamentos adequados à fé islâmica, e que vão muito para além das fronteiras da religião, uma vez que, na prática, visam uma mudança social e política.

Assim, os movimentos islamitas radicais usam e manipulam textos e crenças religiosas por razões políticas pragmáticas: alcançar e fortalecer o poder e o controle de uma comunidade e território o mais amplo possível. No limite trata-se de reconfigurar as fronteiras do Médio Oriente, criando uma estrutura política assente e legitimada por uma narrativa religiosa, bem como potenciar fragilidades e sentimentos de injustiça e segregação na comunidade global de crentes muçulmanos.

Iraque: a Ambição do Califado

Nas últimas décadas, vários conflitos internos e regionais afetaram o Médio Oriente e tornaram mais clara – principalmente fora da região – a existência de tensões múltiplas e profundas entre grupos, que têm objetivos e perspectivas distintas sobre o modelo de organização social e política a implementar. Estas tensões não devem ser vistas apenas, ou simplesmente, como motivadas por um ódio religioso ou étnico, mas também por sentimentos reais ou percebidos de injustiça, desigualdade e segregação experimentados ao longo de décadas.

Tomemos o Iraque como exemplo. O contexto criado pelo regime de Saddam Hussein, baseado em estruturas seculares assentes na ideologia do Partido Baath e diferenciação profunda entre comunidades étnicas e religiosas (sunitas, xiitas, curdos, cristãos, turcomanos e outros), foi posteriormente agravado pela intervenção militar norte-americana e aliada de 2003. Não só porque as estruturas do Estado iraquiano entraram em colapso, dando origem a uma conjuntura de «vazio de poder», mas igualmente porque criou um ambiente propício a ações de vingança. Com o afastamento da minoria sunita das estruturas de poder verifica-se uma ascensão da comunidade xiita – maioritária no país –, resultando num conflito sectário, de violência crescente. Nesta competição envolvem-se, igualmente, atores regionais em apoio às diferentes comunidades étnicas e religiosas. Acresce a gradual afirmação do Irão, que encontra no apoio à comunidade xiita iraquiana uma oportunidade de concretizar a sua ambição regional, e que origina a resposta de atores estatais sunitas – designadamente os países do Golfo Pérsico – numa tentativa de reorganizar equilíbrios de poder no Médio Oriente.

Neste contexto de conflitualidade formam-se múltiplos grupos insurgentes, com diferentes interesses e apoios, entre os quais se destacava a estrutura operacional da al-Qaeda cuja liderança ambicionava fundar no Iraque um Estado que servisse como proto-Califado (Bunzel, 2015, p. 15), numa remissão simbólica à aspiração de concretização de um império islâmico global.

Na sequência da morte do até então líder da al-Qaeda no Iraque, al-Zarqawi, e da fusão de um conjunto grupos insurgentes presentes naquele território, em outubro de 2006 foi anunciada a criação do “Estado Islâmico do Iraque”, liderado por Abu Omar al-Baghdadi (Cameron, 2017). Em abril de 2010, o “Estado Islâmico do Iraque” passa a ser liderado por Abu Bakr al-Baghdadi que consolida e expande a ação do movimento, anunciando, três anos mais tarde, a transformação do “Estado Islâmico do Iraque” em “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (Daesh no acrónimo em árabe). Importa salientar que esta nova designação remete para uma área territorial que vai da fronteira do Irão à costa do Mediterrâneo, onde se inclui a Jordânia, Líbano, Territórios Palestínianos, Israel e a Península do Sinai.

Com o agravamento da conflitualidade no Iraque e na Síria, e a crescente conquista de territórios nestes dois cenários, o Daesh assume uma ambição global, por enten-

der visar todas as áreas em que se verifique a presença da comunidade muçulmana, no seu conjunto a ser sujeita ao modelo de governo do Califado, entendido de acordo com a interpretação jihadista *takfiri*. É por esta razão que, em junho de 2014, al-Baghdadi anuncia o objetivo de restaurar um Califado global – enquanto modelo de governo islâmico para toda a comunidade muçulmana – e assume a designação de “Califa Ibrahim”⁴.

Síria: da Expansão ao Fim do Califado

Os contextos político-sociais no Iraque e na Síria apresentam um conjunto de semelhanças que importa destacar, considerando a interligação promovida pelo Daesh entre os dois territórios. Em primeiro lugar, ambos se caracterizam por uma competição sectária entre múltiplas comunidades étnicas e religiosas que, durante mais de cinco décadas, foram dominadas por um regime autocrático apoiado pelo Partido Baath⁵. Em segundo lugar, embora por razões distintas, a evolução dos conflitos no Iraque e na Síria resultaram, a dado momento, na incapacidade das estruturas do Estado em exercerem controlo soberano sob a totalidade do território, permitindo a existência de “vazios de poder” e a emergência de grupos insurgentes com capacidade de conquista e expansão territorial. Finalmente, em ambos os contextos, o ambiente de competição e conflito foi utilizado por atores regionais – como a Arábia Saudita, o Irão e a Turquia – e internacionais – como os Estados Unidos e a Rússia – para promover e aprofundar alianças e parcerias e, consequentemente, afirmar a sua influência.

As características particulares do conflito na Síria determinaram a existência, em paralelo, de duas linhas de confronto: por um lado, a luta entre as forças leais ao regime de Bashar al-Assad e os movimentos de oposição; por outro, a disputa entre múltiplos grupos insurgentes, que viam no contexto sírio a oportunidade de adquirir influência e acesso a recursos através do controlo de território e populações. Os movimentos de matriz jihadista *takfiri*, como o Daesh e a al-Qaeda, promoveram alianças e parcerias com múltiplos grupos, procurando rentabilizar o acesso a equipamento militar – seja oriundo da desestruturação das forças armadas iraquianas, seja por conquista às forças militares sírias –, bem como a recursos financeiros (com origem em patrocinadores externos, criminalidade organizada e extorsão às populações) e à conquista de importantes aglomerados urbanos. Entre eles destaca-se

4 Importa referir o carácter simbólico da expressão “Califa”, uma vez que de acordo com a tradição islâmica designa um detentor de poder espiritual e descendente da tribo do Profeta Maomé (Bunzel, 2015, p. 18).

5 A ideologia do Partido Baath é “areligiosa” (Devlin, 1991, p. 1407) e assenta na afirmação do nacionalismo árabe e na criação de um único Estado que unisse os territórios árabes, tendo sido particularmente influente no Iraque e na Síria.

Raqqa, uma cidade economicamente próspera na zona norte da Síria, centro de produção energética e agrícola e proclamada, em 2014, como “capital do Califado” do Daesh.

Em setembro de 2014, perante a expansão territorial do “Estado Islâmico” no Iraque e na Síria, foi formada a Coligação Internacional contra o Daesh, composta por 75 países e com a missão de combater o movimento. Contudo, no início de 2015, o Daesh e grupos associados controlavam cerca de 50% do território sírio. Perante a ameaça de proximidade dos movimentos insurgentes a Damasco, e sem o controlo de parte significativa do território, o regime de Bashar al-Assad solicita o apoio militar à Rússia, que inicia a operação militar em setembro de 2015.

Mas para além das forças armadas iraquianas e sírias, do apoio da Federação Russa e do Irão e da intervenção da Coligação Internacional, parte significativa do combate ao Daesh foi realizado por milícias curdas, nos territórios fronteiriços entre a Síria-Turquia-Iraque, apoiadas militar e financeiramente por Estados europeus e pelos Estados Unidos. Uma estratégia que, no final de 2017, acentuou a oposição da Turquia às aspirações territoriais curdas na Síria e originou a intervenção militar de Ancara na região norte do país, em particular na província de Afrin.

A partir de 2016 a contenção da expansão territorial do Daesh foi-se consolidando e, entre junho e outubro de 2017, o movimento perdeu as cidades de Mossul, no Iraque, e Raqqa, na Síria. Com as perdas territoriais decresceu, igualmente, o acesso a recursos militares e financeiros, bem como aumentou o número de baixas e deslocação de operacionais para outras áreas de conflito.

A vitória face ao “Califado” do Daesh foi declarada no final de 2017, embora permaneçam áreas restritas de domínio territorial, em particular por movimentos aliados ao autoproclamado “Estado Islâmico”. Importa, porém, salientar que a agenda do Daesh, e outros grupos de matriz jihadista *takfiri* ultrapassa as fronteiras do Médio Oriente, uma vez que apela ao globalismo militante e aproveita a existência de condições favoráveis, como guerras civis, sectarismo, fragilidade das estruturas do Estado e ausência de ação da comunidade internacional.

Magrebe: uma Segunda Prioridade do Autoproclamado Califado

O Magrebe faz parte do núcleo, predominantemente sunita e árabe, do mundo Islâmico que o autoproclamado “Estado Islâmico” considerou como uma segunda prioridade. O grupo, com origem numa radicalização da al-Qaeda no Iraque, tinha por objetivo principal a restauração de um Califado territorial unificado a partir do Levante. Ou seja, restaurar um grande império muçulmano, na linha do construído pelos sucessores imediatos do profeta Maomé, que os fundamentalistas salafistas reverenciam particularmente. Porém, se o Norte de África desde cedo fez parte desse primeiro império muçulmano, as capitais históricas do mesmo ficavam em Damasco ou Bagdade e não em Trípoli ou Tunes. Que o Levante fosse a prioridade

dos líderes do Daesh no seu esforço de construção de um núcleo territorial era natural, pois além de razões de simbolismo histórico há que ter em conta as origens sobretudo levantinas, em particular no Iraque, da sua liderança máxima.

Não deixa de ser significativo porém, desta segunda prioridade, que o Magrebe foi a única outra região onde os dirigentes máximos do Daesh procuraram estabelecer uma presença territorial diretamente subordinada a eles, e não por via de uma organização afiliada, mais concretamente na Líbia, o único Estado colapsado da região magrebina, e em particular em Sirte, a cidade natal do líder líbio deposto, Muammar Khadafi. Não faltam referências documentais que mostram que o Daesh pensava nesta região como um santuário seguro para o caso de ser necessária uma retirada dos territórios que ocupava na Síria e no Iraque (CBS News, 2015).

Um primeiro dado fundamental é que esta estratégia do Daesh de se afirmar ocupando, defendendo e governando território, claramente falhou no Magrebe, tal como no Levante. Mas isso coloca-nos perante um paradoxo: como foi possível a vitória contra a presença do Daesh em Sirte, num Estado líbio fragmentado em múltiplas milícias e sem uma visível intervenção militar externa? Será essa vitória sustentável? Será que esse tipo de ameaça, de um proto-estado terrorista, está afastada definitivamente?

Um segundo dado fundamental é que a Tunísia foi o único Estado do Magrebe onde se deram importantes atentados do Daesh, e foi também daí que saiu um maior número de voluntários do Daesh *per capita* (The Soufan Group, 2016). Como é que tal foi possível, quando a Tunísia foi o único Estado do Magrebe onde se verificou uma transição pacífica para um regime democrático liberal multipartidário, após as manifestações populares da chamada “Primavera Árabe” por via de um pacto entre islamitas moderados e partidos mais seculares? Como explicar este segundo paradoxo de que desse caso de aparente sucesso da moderação e da negociação tenham emergido tantos recrutas jihadistas *takfiri* e tantos ataques radicais? Um terceiro dado fundamental é o facto de que dois dos Estados árabes que parecem ter tido maior sucesso no combate ao Daesh são Marrocos e a Argélia. No caso de Marrocos, isto sucedeu apesar do elevado número de voluntários marroquinos recrutados pelo Daesh e de várias tentativas falhadas de organizar ataques no território marroquino. Já a Argélia se destaca por, apesar de ser vista como um foco de importantes redes jihadistas desde a década de 1990, nomeadamente a al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), foram relativamente escassos os voluntários argelinos recrutados pelo Daesh e o seu impacto parece ter-se feito sentir apenas na zona de fronteira montanhosa e desértica com a Tunísia. Importa, portanto, de seguida olhar primeiro com mais atenção para a razão de ser dos casos mais problemáticos da Tunísia e da Líbia, e depois para as razões das relativas dificuldades do Daesh na Argélia e em Marrocos.

Tunísia: o Daesh como Recusa Radical da Transição Pactuada?

Pode parecer paradoxal que, no caso da Tunísia, o relativo sucesso da transição pactuada e pluripartidária tenha resultado num recorde de recrutas *per capita* para o Daesh. Mas tal facto não é excecional em processos de transição. Por muito amplo que seja o consenso em torno do acordo de transição, existem geralmente radicais irredutíveis que se sentem derrotados e frequentes vezes apostam, em resposta, na luta armada. Um bom exemplo é a Espanha pós-Franco, que mesmo depois de uma transição pacífica, por via dos Pactos da Moncloa, sofreu durante longo tempo com o terrorismo de outros grupos radicais como a ETA. Mesmo no caso de Portugal a transição foi também acompanhada na sua fase inicial por ações terroristas dos radicais de extrema-direita e de extrema-esquerda como as FP 25. Estes grupos podem ser, e geralmente são, muito minoritários. Mas o terrorismo é a arma natural dos fracos.

Um segundo aspeto a ter em conta é o colapso na capacidade do Estado tunisino de controlo e repressão de grupos mais radicais e violentos como resultado inevitável da uma rutura institucional com o anterior regime. Uma mudança de regime inevitavelmente representa uma perda, pelo menos parcial, da capacidade e da vontade de controlo pelos organismos do Estado. Regra geral são especialmente afetadas por estes processos as instituições encarregadas da segurança interna do Estado, frequentemente vistas, por razões compreensíveis, como os órgãos de vigilância e repressão da oposição que entretanto alcançou o poder, o que leva a purgas e demissões mais ou menos generalizadas nos serviços de segurança, e inclusive até a sua extinção e substituição. E, independentemente disso, há sempre uma tendência para um retraimento muito significativo na sua ação. Foi exatamente o que sucedeu no caso da Tunísia. O resultado foi um vazio de segurança durante todo o período de transição, um período durante o qual se debateu longamente o tema difícil da reforma mais ou menos radical do funcionamento dos serviços de segurança (ICG, 2016). Só com o primeiro governo, no quadro da nova Constituição e depois de vários ataques terroristas mortais, se deram passos decisivos no sentido de ultrapassar o problema, eventualmente à custa de uma reforma mais profunda e de algumas cedências a sectores do antigo regime.

Toda a situação de natural confusão num processo de mudança de regime facilitou a deslocação de voluntários tunisinos para o Levante para combaterem o regime do Presidente Assad, algo que pareceu, inicialmente, a uma percentagem significativa da população da Tunísia uma continuação legítima da “Primavera Árabe” nascida no país magrebino. Em muitos casos, estes voluntários já teriam simpatias jihadistas. Mas noutros casos a radicalização ter-se-á dado *in loco*, na Síria, ajudada pelo facto de que os grupos jihadistas *takfiri* ligados à al-Qaeda ou ao Daesh se afirmaram como as forças militarmente mais eficazes no combate ao regime de Assad. Seja como for, a maioria destes voluntários tunisinos a combater Assad na Síria parece

ter acabado no Daesh. E manteve ligações, sobretudo via redes sociais e comunicações encriptadas, com amigos na Tunísia que foram alimentando o recrutamento para o Daesh. Quando o Daesh mudou de estratégia e passou a apelar à realização de ataques terroristas nos países de origem, a Tunísia tornou-se um alvo de eleição. Os atentados contra o Museu do Bardo e um hotel de praia em Sousse, em 2015, mostram que os turistas ocidentais eram um alvo de eleição natural – a par das instituições do Estado, como a guarda presidencial –, dada a conhecida aversão do Daesh a qualquer tipo de presença ocidental no Magrebe e genericamente no mundo Islâmico. Ao mesmo tempo, os ataques constituíam uma forma de guerra económica para agravar as dificuldades dos governos muçulmanos moderados que o Daesh considera como traidores e apóstatas. No curto prazo foram bem-sucedidos. Mas acabaram por gerar uma resposta forte, como vimos, acelerando a reforma dos serviços de segurança da Tunísia, que parece ter obtido resultados na contenção do fenómeno. O símbolo máximo da determinação do novo governo tunisino no combate a este grupo foi a construção de uma barreira na fronteira entre a Tunísia e a Líbia para dificultar o trânsito de jihadistas *takfiri* entre os dois países.

Muito significativo, também, foi o facto de países ocidentais e países vizinhos, em particular a Argélia, por razões que veremos, apoiarem fortemente o novo governo tunisino neste combate ao terrorismo do Daesh. Nomeadamente a Argélia não só cooperou ao nível da troca de informações, mas também de operações conjuntas das forças armadas de ambos os países na difícil fronteira montanhosa e desértica entre ambos, onde o Daesh tentou consolidar uma presença, chegando ao ponto de ter procurado, em vão, em março de 2016, ocupar a povoação fronteiriça de Ben Guerdane. Este nível de cooperação tem sido raro no Magrebe e mostra bem como a ameaça do Daesh foi levada a sério por vários países da região. Há, portanto, sinais de uma significativa melhoria na capacidade de resposta ao Daesh dos serviços de segurança tunisinos e das forças armadas. Mas as redes jihadistas *takfiri* ligadas ao Daesh continuaram ativas nas zonas fronteiriças e no sul, com referências a um morto e vários feridos numa coluna militar em Kasserine tão recentemente quanto dezembro de 2017 (Webdo.tn, 2017).

Cabe notar que o governo tunisino atual parece ciente do problema e da necessidade de uma resposta que vá além da repressão. Faz parte do discurso oficial e de algumas políticas muito publicitadas, ir além das respostas violentas, apostando na prevenção, na reintegração e desradicalização. E aponta para esforços em lidar com as causas profundas de descontentamento que permitiram a grupos jihadistas como o Daesh recrutar amplamente na Tunísia – nomeadamente a marginalização de certas regiões mais periféricas do país e o problema do desemprego e subemprego crónico da juventude. Resta saber até que ponto estas intenções políticas serão implementadas em ações de sucesso, uma vez que, pela sua natureza, demorará tempo a ser possível ter uma resposta. Nesse sentido será também importante

perceber se os parceiros externos da Tunísia, nomeadamente a União Europeia, sua principal parceira comercial, estarão dispostos a investir em políticas focadas de ajuda ao desenvolvimento e criação de emprego sobretudo em zonas mais marginalizadas, e não se concentrarão exclusivamente no objetivo imediato do combate ao terrorismo, por importante que este seja.

Líbia: Fragmentação e Milícias Locais, Fracasso e Dispersão do Daesh?

A Líbia não se transformou, pelo menos não ainda, numa nova Síria, apesar dos seus muitos problemas – a começar por ser um Estado recente, criado em 1951 e desde então fracamente institucionalizado. O que mostra os perigos de simplesmente presumir que todos os Estados colapsados e todos os conflitos intraestatais de tipo não-convencional são iguais. Para o tema que aqui nos importa, a grande diferença é que a presença territorial do Daesh na Líbia foi bem mais limitada no tempo e no espaço do que no caso da Síria ou do Iraque, traduzindo-se no controlo aberto de território por um período mais longo na zona de Sirte, a que foi posto fim em dezembro de 2017, depois de longos meses de combates, por milícias líbias veteranas do conflito com Khadafi, com o apoio discreto mas crucial, a nível aéreo e de forças especiais, nomeadamente por várias potências ocidentais (El Amrani, 2016; Wintour, 2016).

Não negamos que o cenário de fragmentação na Líbia encerra riscos que ficaram claros, precisamente com a ocupação de Sirte pelo Daesh. Mas a evolução da situação em Sirte e no resto do país parece mostrar que, até ao presente, não se está no caso da Líbia perante um cenário tão propício como o da Síria a um grupo como o Daesh, apesar de não faltarem notícias e declarações de responsáveis líbios a chamar a atenção para a continuação da ameaça do Daesh na Líbia, ainda que de forma mais dispersa e mais discreta (Mckernan, 2017; Schmitt, 2017).

Quais são então os fatores que explicam estas diferenças entre a Líbia e a Síria? Desde logo, as lições aprendidas com a ascensão do Daesh no Levante, quer pelos atores locais, quer pelos principais Estados vizinhos, que tinham visto o risco de deixar o Daesh entrincheirar-se num território sem um Estado funcional. Depois há também o facto de a fragmentação da Líbia ter sido, até ao presente, menos violenta e conflituosa do que na Síria. O completo colapso do regime de Khadafi, que não se verificou com o regime de Assad, levou à proliferação de milícias, mas com forte enraizamento local e que genericamente assumiram o controlo do “seu” território sem grandes ambições expansionistas.

Claro que esta é uma generalização. Há focos de conflito, nomeadamente pelo controlo das infraestruturas petrolíferas, em particular entre os dois polos de poder emergentes: as milícias que apoiam o governo de Trípoli a ocidente e o chamado “exército nacional líbio” do General Haftar a leste. Mas nada disto é comparável, para já, ao grau de intensidade e letalidade dos combates que se verificam na Síria.

O ponto central é que, como resultado destas diferenças, o Daesh teve dificuldade em encontrar verdadeiros vazios de poder na Líbia. Sirte era uma exceção, uma região marginalizada desde a morte do Coronel Khadafi – um filho da terra – e fracamente ocupada e mal governada por milícias de outras regiões.

Dito isto, um Estado fragmentado com um governo de coligação fraco imposto pela mediação internacional, com autoridade escassa no conjunto do território e controlo limitado, para não dizer nulo das milícias locais, resulta numa situação necessariamente fluída e com uma evolução difícil de prever na Líbia. E os seguidores do Daesh não desapareceram da Líbia depois da perda de Sirte, que não era, por sinal, a única zona onde o jihadismo *takfiri* estava presente no país. Mesmo em números mais reduzidos – é difícil estimar os efetivos do Daesh e o número de baixas sofridas – os seguidores do grupo continuam a ser referenciados em zonas mais remotas do país. O que parece relativamente consensual é que o Daesh na Líbia parece ter abandonado uma estratégia de controlo de território e move-se agora em pequenos grupos dispersos.⁶

Os sobreviventes do Daesh na Líbia parecem, portanto, ter regressado a uma estratégia mais irregular, mais tipicamente não-convencional. Continuarem ou não leais ao autoproclamado Califado, seria excesso de otimismo pensar que abandonaram o seu radicalismo violento, ou que deixem de aproveitar de forma oportunista, mesmo que mais discretamente, espaços onde se verifiquem vazios de segurança, por exemplo certas zonas da vastíssima fronteira do sul da Líbia com os seus vizinhos do Sahel ou, como já vimos, na fronteira desértica e montanhosa entre a Tunísia e a Argélia (Business News, 2017).

No caso da fronteira da Líbia com o Sahel trata-se de controlar regiões vastíssimas, com populações diversas, dispersas e frequentemente com queixas de marginalização, portanto, muitas vezes avessas a cooperar no combate ao jihadismo *takfiri*; ainda que seja de assinalar que se vem verificando avanços no sentido de um esforço maior dos Estados da região, com o apoio da Argélia ou da França, para responderem de forma coordenada a esta ameaça. Para isso, os Estados mais fracos do Sahel contam agora com uma presença significativa de tropas estrangeiras, nomeadamente francesas e de outros Estados europeus como Portugal e Espanha, mas também norte-americanas, que providenciam também algum apoio aéreo.

Mas seria complacente dar o problema como resolvido no Sahel. Um dos maiores riscos do momento é que os sucessos contra o Daesh e outros grupos jihadistas no Norte de África possam resultar numa migração de parte destes jihadistas *takfiri* para sul, vindo a causar problemas de segurança crescentes no Sahel e até mais a

6 Entrevista a Jamal Triki, comandante de milícia de Misrata, realizada em Sebha em março de 2017 (International Crisis Group, 2017, p. 18, nota 70).

sul como se verificou com ataques terroristas recentes, nomeadamente na Costa do Marfim (France24, 2017).

Não é claro, também, que na gestão do caso da Líbia todas as lições que deveriam ter sido aprendidas como resultado da expansão do Daesh no Levante o tenham sido. Referimo-nos sobretudo à luta por procuração que está a ter lugar entre a Arábia Saudita e o Irão. Estas lutas por procuração são menos agudas na Líbia do que Síria. Mas existem, sobretudo entre o Qatar e a Turquia por um lado, e os Emirados e o Egito, por outro, apoiando respetivamente o governo de Trípoli (que tem algumas relações com grupos islamitas) e o general Haftar (um candidato a novo homem forte da Líbia). E há também divisões a este respeito entre os países ocidentais. O risco é que uma polarização mais violenta entre estes dois polos de poder na Líbia – ambos hostis ao Daesh – possa levar ao intensificar do conflito e abrir novas brechas que possam ser aproveitadas pelas redes jihadistas *takfiri* leais ao Daesh ou a outros grupos, em particular a AQMI.

Evitar agravar a situação de desagregação na Líbia seria um primeiro passo para combater a ameaça de ocupação pelo Daesh de parte do território de onde possa melhor organizar novos ataques terroristas. O passo seguinte será apostar na consolidação do Estado na Líbia, e de o fazer não apenas pela via securitária e repressiva. Esta é uma tarefa difícil, em que os líbios terão de ter o papel principal, nomeadamente na escolha do seu modelo de governação, mas nem por isso é menos importante para os vizinhos do país.

Argélia e Marrocos: Sucessos Duradouros na Resistência ao Daesh?

No caso da Argélia e de Marrocos partimos de um dado incontornável e importante: em nenhum destes Estados se verificou um ataque bem-sucedido do Daesh. Apesar de divididos por uma rivalidade histórica, por disputas territoriais e pela questão do Saara Ocidental, os dois Estados mais ocidentais do Magrebe, mais próximos e economicamente mais relevantes para Portugal, partilham algumas características importantes para a questão que aqui nos ocupa.

Marrocos e Argélia foram dois Estados e dois regimes que resistiram à onda da “Primavera Árabe” com adaptações mínimas. Não houve colapso do Estado. As mudanças constitucionais foram mais significativas em Marrocos, mas não afetaram o núcleo duro do poder monárquico. Isso significou que fortes aparelhos de segurança, com uma experiência de décadas de combate ao terrorismo jihadista *takfiri*, não só mantiveram a sua capacidade de ação, mas viram-na até reforçada com novos meios como resposta à ameaça do Daesh. No caso de Marrocos foi mesmo criada uma nova agência de combate ao terrorismo e criminalidade organizada transnacional, alcunhada na imprensa local como o “FBI marroquino” – o *Bureau Central d’Investigation Judiciaire* (BCIJ). Esta já reclamou sucessos importantes, seja no dismantelar de redes internas, seja na transmissão de informações a

França, que levaram à localização de Abdelhamid Abaaoud na sequência dos atentados na capital francesa (Le 360, 2016).⁷

A grande questão é saber se esta resiliência do sistema político e resistência de sucesso ao Daesh e outras redes jihadistas no caso de Marrocos e da Argélia são duradouras, ou podem esconder problemas num futuro mais ou menos próximo. Que a questão se coloca é demonstrado pelo temor dos “retornados”, veteranos do combate do Daesh no Levante, manifestado abertamente por estes Estados magrebinos, embora mais no caso de Marrocos do que da Argélia (20 Minutes, 2017), onde são bem mais numerosos.

Importa notar, efetivamente, que apesar da semelhança nos resultados, com a ausência de ataques bem-sucedidos do Daesh nestes dois países magrebinos, existe uma diferença importante entre Marrocos e a Argélia. Marrocos destaca-se na lista dos Estados com maior percentagem de voluntários do Daesh *per capita*. Já a Argélia destaca-se pela razão oposta, como um dos Estados com menos voluntários nas fileiras do Daesh. Aí o receio maior parece ser sobretudo do contágio e da infiltração de afiliados do Daesh a partir da Líbia e da Tunísia (Muir, 2017). Pode ser que este facto reflita um maior controlo das fronteiras pela Argélia, tendo-se mesmo verificado nos últimos anos mais investimentos em homens e meios para esse efeito. Mas parece improvável que essa seja a única razão. No caso da Argélia, há também que ter em conta o peso do trauma da guerra civil argelina dos anos 1990 entre o Estado secular e o islamismo radical e violento. Há quem questione o peso real desta memória traumática hoje, tendo em conta que muitos dos jovens argelinos não viveram esses anos. Mas do nosso ponto de vista isso não significa que a memória – neste caso familiar – desses anos tenha desaparecido ou deixado de ser marcante. E há ainda que ter em conta as respostas do Estado argelino no sentido de uma certa cooptação controlada de setores islamitas, através de políticas de combate à radicalização.

No caso de Marrocos, um fator também a ter em conta no sucesso do combate ao terrorismo no reino é a legitimação religiosa histórica da monarquia, e por isso uma maior capacidade de controlo do Islão pelo Estado. A saída do país dos voluntários marroquinos do Daesh pode ser interpretada como um sinal da dificuldade de se organizarem no interior dele, e/ou da falta de apoios, seja pela eficácia das medidas de segurança do Estado, seja pela possibilidade de participação na política de grupos islamitas moderados.

Em ambos os casos, importa notar que pelo menos ao nível das declarações e também de algumas ações, os governos de Rabat e Argel não se limitaram a uma resposta repressiva e securitária, mas foram além disso, com políticas de gestão do espaço religioso no sentido da prevenção e desradicalização. Mais questionável é se

7 A respeito da política marroquina no combate ao terrorismo e radicalização ver Tamek (2014).

a resposta ao nível das políticas económicas e sociais, combate à marginalização de certos setores e regiões terá sido tão bem-sucedida, algo que os recentes incidentes no Rif marroquino vieram chamar a atenção.

Para o futuro, um dos problemas a acompanhar é, desde logo, o grau de cooperação ou rivalidade entre estes dois Estados, os melhor capacitados para combater as ações violentas do Daesh ou grupos semelhantes de jihadismo violento no Magrebe. De momento parece haver um entendimento mínimo entre Argel e Rabat, pelo menos no sentido de evitar usar estes grupos contra o Estado vizinho. Mas a cooperação efetiva parece ser relativamente reduzida. Seria também fundamental, que a tradicional rivalidade e tensões entre ambos não seja obstáculo a uma maior cooperação a nível regional seja no Magrebe, seja no Sahel. Isso é especialmente importante nesta fase em que os veteranos sobreviventes do Daesh, mantendo a filiação a este grupo ou não, estarão à procura de brechas por onde possam infiltrar-se e reconstituir-se nesta vasta região do Magrebe e do Sahel, levando a cabo ou incentivando atentados que mostrem que estão vivos e ativos.⁸

Tendo em conta o número de tentativas de atentados detetados pelos serviços de segurança marroquinos, não seria inconcebível que algum atentado do Daesh ou dos seus veteranos venha a ter sucesso em Marrocos. De momento, um ataque terrorista de jihadistas *takfiri* organizado internamente parece mais improvável na Argélia, mas não impossível, sobretudo se houver alguma falha na segurança da longa fronteira com a Líbia e a Tunísia ou mesmo com o Sahel. Uma alteração maior, um agravamento mais significativo da ameaça nestes dois Estados magrebinos só parece provável se se verificar uma crise significativa em Marrocos e na Argélia. Embora de momento não haja indicações nesse sentido, a estabilidade dos regimes marroquino e argelino pode ser abalada pelo desafio cada vez mais inadiável da sucessão presidencial na Argélia, e pela questão em aberto da popularidade a prazo das reformas constitucionais limitadas levadas a cabo em Marrocos.

Há um Futuro do Daesh no Magrebe?

É importante não desvalorizar os resultados importantes obtidos com a eliminação completa do controlo de território no Norte de África pelo Daesh, mas também de não os sobrestimar. Por um lado, é evidente que o Daesh é mais do que um simples proto-estado revolucionário, como fica evidente, desde logo, pelas suas origens como o grupo terrorista derivado da al-Qaeda. Por outro lado, é claro que em termos de capacidade de recrutamento, de produção de propaganda sofisticada, e sobretudo de coordenação de ataques, faz diferença que o Daesh tenha sofrido esta

8 A este respeito há uma série de importantes relatórios do International Crisis Group, designadamente “Algeria and its neighbours” (International Crisis Group, 2015) e “How the Islamic State Rose, Fell and Could Rise Again in the Maghreb” (International Crisis Group, 2017).

derrota no terreno e também no campo simbólico, uma vez que abalou a sua aura de invencibilidade e o apelo da restauração de um poderoso Califado no coração tradicional do mundo Islâmico.

Um conflito não-convencional, uma insurreição armada, não se resolvem com vitórias meramente convencionais, e por isso tendem a ser uma luta prolongada e difícil. Exemplo disso mesmo é o temor dos chamados «retornados do Califado», veteranos do Daesh. Aqui há que sublinhar que a ameaça parece colocar-se sobretudo no caso da Líbia como Estado colapsado. No caso de Marrocos e da Argélia é provável que estes veteranos tenham dificuldades em regressar ao país sem serem detetados e detidos. Mas há uma saída a sul, por via do Sahel.

Sendo importantes os avanços no campo da segurança no sentido mais estrito, policial e militar, tal não é suficiente, embora seja indispensável. Porém, é difícil saber qual a combinação de políticas e de investimentos que resultarão melhor no sentido de combater o sentimento de marginalização, a ideia de que se vive uma situação sem saída. Mas estas dificuldades, não devem paralisar iniciativas mais holísticas para combater o terrorismo jihadista, sendo de assinalar que um dos dados mais importantes a sobressair é a importância de se procurar o reforço de investimentos em regiões tradicionalmente mais desfavorecidas do Magrebe.

Por fim, mesmo no campo da segurança e defesa, há espaço para melhorias. Seria importante que os passos dados no sentido da cooperação e da troca de informações fossem reforçados e institucionalizados para se evitar, havendo uma perceção de menor risco de ataques, um regresso a desconfianças e reservas que possam abrir brechas por onde possam surgir novos grupos ou novos atentados. A persistente incerteza da situação na Líbia e no Sahel e a fluidez dos grupos jihadistas *takfiri* apontam para a dificuldade de prever a evolução futura desta ameaça, ainda que seja claro que de momento sofreu derrotas importantes no Magrebe. Uma ameaça violenta partilhada deveria ser um forte incentivo a uma colaboração continuada. Veremos se é o caso.

Daesh: Derrotado, mas ainda Perigoso

O projeto de expansão territorial do autoproclamado “Estado Islâmico”, em particular no Médio Oriente, mas também no Magrebe, foi militarmente derrotado. Porém, o perigo representado por movimentos de matriz jihadista *takfiri* não se limita a ganhos e perdas de território. Assenta, desde logo, na capacidade de propaganda por via de uma narrativa radical e radicalizadora, baseada em discursos identitários de natureza religiosa, procurando recrutar todos os que estejam vulneráveis para a prossecução de uma estratégia insurgente.

Se o Daesh fracassou na ambição de estabelecer um Califado no Médio Oriente e no Magrebe, teve sucesso numa propaganda sofisticada com uma grande eficácia narrativa, dando continuidade à doutrina iniciada pela al-Qaeda, mas alargando a

base de recrutamento e potenciando os múltiplos instrumentos à sua disposição, em particular as novas tecnologias.

A derrota do autoproclamado “Estado Islâmico” poderá fazer regressar aos países de origem milhares de operacionais com treino e experiência em cenários de violência extrema, o que exigirá uma abordagem integrada e eficaz de desradicalização e reintegração. Poderá, igualmente, levar à deslocação destes operacionais para outros cenários de conflito, designadamente em áreas ocupadas por grupos que prometeram lealdade ao Daesh e à causa jihadista *takfiri*, levando com eles significativas capacidades. Poderá, finalmente, provocar novas cisões e alianças entre grupos já existentes, com distintos interesses e estratégias de ação. Em boa medida, tal já aconteceu no início da década de 2000 com a al-Qaeda, dando origem ao “Estado Islâmico do Iraque”, ilustrando a grande capacidade de adaptação destes grupos, em vagas de crescente radicalização violenta.

Apesar das transformações verificadas, existem fatores cruciais que se mantêm e que ajudaram a explicar a ascensão do Daesh: a fragilidade das estruturas estatais e a existência de “vazios de poder” potenciam o surgimento e expansão de movimentos radicais e insurgentes; conflitos sectários fomentam o desenvolvimento de perceções de marginalização e revolta violenta; uma resposta simplesmente militar não resolve a natureza estrutural dos conflitos que alimentam narrativas baseadas em discursos identitários e desigualdades de acesso a recursos e estruturas de poder. Ignorar as múltiplas dimensões desta ameaça é desvalorizar o perigo que o jihadismo *takfiri* representa, não só no Médio Oriente e Magrebe, mas à escala global.

Referências

- 20 Minutes, 2017. L’Afrique du Nord s’inquiète du retour des combattants de Daesh, 16 de novembro. Disponível em <http://www.20minutes.fr/monde/daesh/2169971-20171116-afrique-nord-inquiete-retour-combattants-daesh>.
- Al Jazeera, 2014. Sunni rebels declare new ‘Islamic caliphate’, 30 de junho. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/isil-declares-new-islamic-caliphate-201462917326669749.html>.
- APS, 2017. Terrorisme: l’Algérie maintient un haut niveau de vigilance, 23 de outubro. Disponível em <http://www.aps.dz/algerie/64343-lutte-anti-terrorisme-l-algerie-maintient-un-haut-niveau-de-vigilance-sur-son-territoire-et-aux-frontieres>.
- Armajani, J., 2012. *Modern Islamist Movements: History, Religion, and Politics*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Bunzel, C., 2015. From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State. *Brookings Analysis Paper* n.º 19. Disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/The-ideology-of-the-Islamic-State.pdf>.

- Business News, 2017. Un militaire décédé et 5 autres blessés à Kasserine, 11 de dezemb-ro. Disponível em <http://www.businessnews.com.tn/deces-dun-soldat-a-kasserine,520,76583,3>
- Byman, D. L., 2017. The Islamic State's long-term threat to the Middle East. Brookings Institution, 28 de julho. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/07/28/the-islamic-states-long-term-threat-to-the-middle-east/>.
- Cameron, G., 2017. Timeline: the Rise, Spread and Fall of the Islamic State. The Wilson Center. Disponível em <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>
- CBS News, 2015. Libya a massive safe haven for ISIS now, U.N. warns, 1 de dezembro. Disponível em <https://www.cbsnews.com/news/libya-safe-haven-isis-3000-fighters-un-warns/>.
- Comissão Europeia, 2017. Europeans' Attitudes towards Security. *Special Eurobarometer 464b*. Brussels: Directorate-General for Migration and Home Affairs. Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/news/europeans-attitudes-towards-security_en.
- Devlin, J. F., 1991. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. *The American Historical Review* n.º 96, pp. 1396-1407.
- El Amrani, I., 2016. How much of Libya does the Islamic State control? *Foreign Policy*, 18 de fevereiro. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2016/02/18/how-much-of-libya-does-the-islamic-state-control/>.
- Erickson, A. e Karklis, L., 2017. Every 2017 terrorist attack, mapped. *The Washington Post*, 18 de janeiro. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/01/18/every-2017-terrorist-attack-mapped/?utm_term=.c69519f3acdd.
- France 24, 2017. Mali: cinq pays du Sahel envisagent une force commune pour 'lutter contre le terrorisme', 7 de fevereiro. Disponível em <http://www.france24.com/fr/20170207-mali-pays-g5-sahel-force-commune-lutte-contre-terrorisme-jihadistes-idriss-deby>.
- International Crisis Group, 2015. Algeria and its Neighbours. *ICG Middle East and North Africa Report* n.º 164. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/algeria/algeria-and-its-neighbours>.
- International Crisis Group, 2016. Jihadist Violence in Tunisia: The Urgent Need for a National Strategy. *ICG Middle East and North Africa Briefing* n.º 50. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/tunisia/jihadist-violence-tunisia-urgent-need-national-strategy>.
- International Crisis Group, 2017. How the Islamic State Rose, Fell and Could Rise Again in the Maghreb. *ICG Middle East and North Africa Report* n.º 178. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/178-how-islamic-state-rose-fell-and-could-rise-again-maghreb>.
- Jawara, 2016. Kasserine: Un soldat retrouvé mort à son domicile, 5 de novembro. Disponível em <http://m.jawharafm.net/fr/article/kasserine-un-soldat-retrouve-mort-a-son-domicile/90/44992>.

- Le 360, 2016. Terrorisme: El Khayam, directeur du BCIJ, dit tout sur la coopération avec la France, 21 de janeiro. Disponível em <http://fr.le360.ma/politique/terrorisme-el-khayam-directeur-du-bcij-dit-tout-sur-la-cooperation-avec-la-france-61809>.
- Mckernan, B., 2017. Isis is regrouping for battle after losing Mosul and Raqqa, warn Libyan forces. *The Independent*, 27 de julho. Disponível em <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-regrouping-libya-forces-mosul-raqqa-islamic-state-syria-iraq-islamic-state-a7862606.html>.
- Mills, C., 2018. ISIS/Daesh: what now for the military campaign in Iraq and Syria? *House of Commons Library Briefing* n.º 8248, 7 de março. Disponível em <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-8248>.
- Muir, J., 2017. Nationalities of Foreign Fights. *BBC News*, 17 de outubro. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35695648>.
- Nissenbaum, D., 2015. Months of Airstrikes Fail to Slow Islamic State in Syria. *The Wall Street Journal*, 14 de janeiro. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/u-s-led-airstrikes-fail-to-slow-islamic-state-in-syria-1421271618>.
- Owen, R., 2004. *State Power and Politics in the Making of the Modern Middle* (3rd edition). London: Routledge.
- Remnick, D., 2015. Telling the Truth about ISIS and Raqqa. *The New Yorker*, 22 de novembro. Disponível em <https://www.newyorker.com/news/news-desk/telling-the-truth-about-isis-and-raqqa>.
- Reuters, 2017. Syria declares victory over Islamic State, 9 de novembro. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-islamic-state/syria-declares-victory-over-islamic-state-idUSKBN1D91QJ>.
- Schmitt, E., 2017. Warnings of a 'Powder Keg' in Libya as ISIS Regroups. *The New York Times*, 21 de março. Disponível em https://www.nytimes.com/2017/03/21/world/africa/libya-isis.html?_r=1.
- Tamek, M. S., 2014. Morocco's Approach to Countering Violent Extremism. *Washington Institute for Near Policy Policy Watch* n.º 2254, 16 de maio. Disponível em <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/moroccos-approach-to-countering-violent-extremism>.
- The Soufan Group, 2016. The Islamic State's Tunisia Strategy, 8 de março. Disponível em <http://www.soufangroup.com/tsg-intelbrief-the-islamic-states-tunisia-strategy/>.
- Webdo.tn, 2017. Kasserine: Un soldat tué et six blessés par une mine, 11 de dezembro. Disponível em <http://www.webdo.tn/2017/12/11/kasserine-soldat-tue/>.
- Wintour, P., 2016. ISIS loses control of Libyan city of Sirte. *The Guardian*, 5 de dezembro. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/05/isis-loses-control-of-libyan-city-of-sirte>.